



**PAUTA
PARA A 7ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 24 DE MARÇO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 10, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Adamantina - AU-Adamantina, com sede em Adamantina.

2 - Projeto de lei Complementar nº 11, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Assis - AU-Assis, com sede em Assis.

3 - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Dracena - AU-Dracena, com sede em Dracena.

4 - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Ourinhos - AU-Ourinhos, com sede em Ourinhos.

5 - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Presidente Prudente - AU-Presidente Prudente, com sede em Presidente Prudente.

6 - Projeto de lei Complementar nº 15, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Tupã - AU - Tupã, com sede em Tupã.

7 - Projeto de lei nº 183, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Inclui "O Campeonato Regional de Taiacu", realizado anualmente em Taiacu, no Calendário Esportivo do Estado .

8 - Projeto de lei nº 184, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Isenta do pagamento de pedágio os veículos automotores de duas rodas.

9 - Projeto de lei nº 185, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza a isenção do pagamento de pedágio e a livre circulação aos moradores dos municípios em cujo perímetro existam praças ou postos de pedágio sem vias alternativas adequadas.

10 - Projeto de lei nº 186, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos elétricos e híbridos.

11 - Projeto de lei nº 187, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos movidos a gás natural veicular - GNV combinado com outro combustível.

12 - Projeto de lei nº 188, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar e declarar como de especial interesse social, para fins de reurbanização e regularização de moradias, o terreno localizado à Rua Agenor Klauser, s/n, na Capital.

13 - Projeto de lei nº 189, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o direito às unidades familiares homoafetivas nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado.

14 - Projeto de lei nº 190, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar Programa de Incentivo às Semanas Culturais do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade nos municípios do Estado.

15 - Projeto de lei nº 191, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Concede incentivos fiscais para estabelecimentos que incentivem música ao vivo no âmbito do Estado.

16 - Projeto de lei nº 192, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a declarar como de especial interesse social, para fins de reurbanização e regularização de moradias, as áreas pertencentes ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER localizadas na Capital.

17 - Projeto de lei nº 193, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Obriga os cursos de formação de Policiais Civis e Militares e de Bombeiros Militares do Estado a conterem os temas de política social antidiscriminatória e de direitos do cidadão e dos movimentos sociais no conteúdo programático.

18 - Projeto de lei nº 194, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui o estudo da Filosofia no currículo escolar do ensino fundamental.

19 - Projeto de lei nº 195, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o período de férias forenses.

20 - Projeto de lei nº 196, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante o direito a trinta dias de férias consecutivas em janeiro aos docentes integrantes do magistério estadual.

21 - Projeto de lei nº 197, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o exercício do trabalho em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos.

22 - Projeto de lei nº 198, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Classifica como Estância Turística o Município de Santa Cruz do Rio Pardo.

23 - Projeto de lei nº 199, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Classifica como Estância Turística o Município de Lagoinha.

24 - Projeto de lei nº 200, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Clasifica como Estância Turística o município de Cachoeira Paulista.

25 - Projeto de lei nº 201, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a eleição dos reitores e vice-reitores das universidades públicas estaduais.

26 - Projeto de lei nº 202, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a divulgação do nome do compositor de obras musicais.

27 - Projeto de lei nº 203, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece igualdade na distribuição do lucro ou dos resultados das empresas estatais aos seus empregados.

28 - Projeto de lei nº 204, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre situações de dispensa do estágio probatório para servidores nomeados em cargos efetivos no Estado.

29 - Projeto de lei nº 205, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece diretrizes para a o fornecimento de alimentação escolar no Estado.

30 - Projeto de lei nº 206, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura às pessoas portadoras de albinismo o exercício de direitos básicos nas áreas de educação, saúde e trabalho no Estado.

31 - Projeto de lei nº 207, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno situado entre as Ruas David Perez e Salvador Dali, na Capital, para criação do "Parque dos Búfalos".

32 - Projeto de lei nº 208, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno para incorporação ao "Parque Burle Marx", na Capital.

33 - Projeto de lei nº 209, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins socioculturais, o imóvel onde está instalado o "Núcleo Bartolomeu de Depoimentos", na Capital.

34 - Projeto de lei nº 210, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Engenheiro Leonídio Francisco Ribeiro Filho" ao túnel TD-1, localizado no km 50 + 500m da pista ascendente da Rodovia dos Imigrantes-SP 160.

35 - Projeto de lei nº 211, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre carga horária dos docentes da rede estadual de ensino, conforme previsto na Lei Federal 11. 738, de 2008.

36 - Projeto de lei nº 212, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, a elaboração de avaliação de impactos ambientais para licenciamentos e programas de projetos potencialmente causadores de degradação ambiental.

37 - Projeto de lei nº 213, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de audiências públicas previamente aos procedimentos de desapropriação de imóveis de uso residencial ou comercial urbano com finalidade pública e social.

38 - Projeto de lei nº 214, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Anula as punições de natureza política impostas aos servidores públicos estaduais.

39 - Projeto de lei nº 215, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera o artigo 2º da Lei nº 12.391, de 2006, que dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado.

40 - Projeto de lei nº 216, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante abono de falta ao trabalho para pais e responsáveis por alunos, para participação de reuniões oficializadas no calendário escolar.

41 - Projeto de lei nº 217, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Castilho como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 218, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Lucélia como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 219, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Martinópolis como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 220, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Panorama como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 221, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Takashi Osugui" ao viaduto localizado no Km 606 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros-SP 294, ligando o Cemitério Municipal à FLORALCO, em Flórida Paulista.

46 - Projeto de lei nº 222, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Timburi como Município de Interesse Turístico.

47 - Projeto de lei nº 223, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos da Criança e do Adolescente de Cândido Mota - PROJAC", naquele Município.

48 - Projeto de lei nº 224, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Vereador Adilson Ramon Monteiro Rodrigues" ao prédio do Poupatempo instalado em Ourinhos.

49 - Projeto de lei nº 225, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Torna obrigatório que instalações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, prestadoras de serviço ou industriais apresentem um plano de uso da água.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 167, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o acesso à informação no Estado.

2 - Projeto de lei nº 168, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS sobre a fabricação e a compra de instrumentos musicais.

3 - Projeto de lei nº 169, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre critérios para reajuste salarial dos servidores públicos estaduais.

4 - Projeto de lei nº 170, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Proíbe a desapropriação de áreas para ampliação do Aeroporto de Congonhas, na Capital.

5 - Projeto de lei nº 171, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e sobre a Coordenação Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

6 - Projeto de lei nº 172, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a criação e a implementação do "Programa Informação em Execução" no Sistema Prisional estadual.

7 - Projeto de lei nº 173, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza a criação do Programa Estadual de Acessibilidade e Segurança da População LGBTT no Estado.

8 - Projeto de lei nº 174, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece prioridade de matrícula nos estabelecimentos de ensino da rede pública para os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

9 - Projeto de lei nº 175, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece princípios, prazos e demais atos necessários para a tramitação responsável e ágil de processos relativos à vida funcional dos servidores da educação pública estadual.

10 - Projeto de lei nº 176, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara a "Parada do Orgulho LGBT de São Paulo" como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

11 - Projeto de lei nº 177, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo os espaços teatrais que especifica.

12 - Projeto de lei nº 178, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins sociais, culturais e ambientais, o terreno situado entre as ruas Augusta, Caio Prado e Marquês de Paranaguá, na Capital de São Paulo, para criar o "Parque Augusta".

13 - Projeto de lei nº 179, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre espaço para manifestação dos servidores nas páginas virtuais de domínio da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

14 - Projeto de lei nº 180, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Amplia o prazo das licenças maternidade e paternidade de servidores públicos estaduais com filhos portadores de necessidades especiais de qualquer natureza.

15 - Projeto de lei nº 181, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Propõe nova jornada de trabalho para o cargo de Psicólogo nas instituições públicas estaduais paulistas.

16 - Projeto de lei nº 182, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a isenção de tarifa no transporte público intermunicipal para estudantes.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 3, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera o artigo 10, "caput", da Resolução nº 576, de 1970, com as respectivas alterações na forma consolidada.

2 - Projeto de resolução nº 4, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera o artigo 26 da Resolução nº 576, de 1970, com as respectivas alterações na forma consolidada.

3 - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui artigo 117-A à Lei Complementar nº 709, de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4 - Projeto de lei Complementar nº 5, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga o § 1º do artigo 8º da Lei Complementar nº 846, de 1998, incluído pela Lei Complementar nº 1131, de 2010.

5 - Projeto de lei Complementar nº 6, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o artigo 137 da Constituição Estadual.

6 - Projeto de lei Complementar nº 7, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura os dias de licença médica e as faltas médicas como de efetivo exercício para aposentadoria especial dos servidores públicos.

7 - Projeto de lei Complementar nº 8, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a redação da Lei Complementar nº 1.080, de 2008.

8 - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui parágrafo único ao artigo 81 da lei nº 10.261, de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

9 - Projeto de lei nº 140, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Professor Manoel Izidorio Filho" ao Poupatempo localizado no Bairro Jardim São João, em Bebedouro.

10 - Projeto de lei nº 141, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Benedito Francisco dos Santos - Ditão" à ponte localizada no km 135 + 720m da SP 373 (Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias), em Jaborandi.

11 - Projeto de lei nº 142, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Oswaldo Ribeiro de Mendonça" à passagem em desnível localizada no km 47 + 320m da SP 425 (Rodovia Assis Chateaubriand), em Guaíra

12 - Projeto de lei nº 143, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Professora Stella da Matta Ambrósio" à Escola Estadual do Jardim Pulicano, em Franca.

13 - Projeto de lei nº 144, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Dr. Heráclito da Motta Luiz" ao trevo localizado ao km 124 + 050m da SP 345 (Rodovia Prefeito Fábio Talarico) com a confluência da Estrada Vicinal Joaquim Garcia Franco, em Guaíra.

14 - Projeto de lei nº 145, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Alice Amelia Ferraz Fernandes" à estrada vicinal que liga a cidade de Américo de Campos ao bairro rural Botelho, em Américo de Campos.

15 - Projeto de lei nº 146, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Manoel Martins Ribeiro" ao trevo localizado no km 394 + 400 metros da Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira - SP 304, entre os municípios de Borborema e Ibitinga.

16 - Projeto de lei nº 147, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Angelo Foganhole" ao viaduto localizado no km 407,500 da Rodovia Miguel Jubran (SP 333), em Assis.

17 - Projeto de lei nº 148, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "José Ariovaldo Gava" ao viaduto localizado no km 405,600 da Rodovia Miguel Jubran (SP 333), em Assis.

18 - Projeto de lei nº 149, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Pedro Moreira da Silva" à estrada vicinal que interliga os municípios de Cosmorama e Sebastianópolis do Sul.

19 - Projeto de lei nº 150, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica Cabreúva como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 151, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica Cerquilha como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 152, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica Itatinga como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 153, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias estaduais.

23 - Projeto de lei nº 154, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Classifica Torre de Pedra como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 155, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Veda a desvinculação dos hospitais universitários e dos Centros de Saúde-Escola da estrutura administrativa das Universidades Públicas Estaduais.

25 - Projeto de lei nº 156, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a proibição de instalação de usinas hidrelétricas no Rio Pardo.

26 - Projeto de lei nº 157, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos de administração pública do Estado.

27 - Projeto de lei nº 158, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o Bilhete Único na rede de trens e metrô de São Paulo.

28 - Projeto de lei nº 159, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins socioculturais, o terreno anexo ao "Teatro Oficina", na Capital.

29 - Projeto de lei nº 160, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece regras, condições e prazos para substituição das "escolas de lata" da rede estadual de ensino por prédios de alvenaria.

30 - Projeto de lei nº 161, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga trechos da Lei 13.549, de 2009, que declara em regime de extinção a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

31 - Projeto de lei nº 162, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga a Lei 13.549, 2009, que declara em regime de extinção a Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

32 - Projeto de lei nº 163, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a reserva de vagas para travestis, mulheres transexuais e homens transexuais nas empresas privadas que receberem incentivos fiscais do Estado.

33 - Projeto de lei nº 164, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a afrodescendentes e às etnias indígenas nas empresas privadas que recebam incentivos fiscais do Estado.

34 - Projeto de lei nº 165, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a fazer constar de todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação para execução de obras públicas a exigência de reserva de vagas de emprego para afrodescendentes e indígenas.

35 - Projeto de lei nº 166, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Durvalino Binato" ao viaduto localizado no km 410,400m da Rodovia Miguel Jubran (SP 333), em Assis.

36 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos de parte destacada do Decreto nº 61.132, de 2015, que dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 3, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Cria a Aglomeração Urbana de Araçatuba - AU-Araçatuba.

2 - Projeto de lei nº 71, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 72, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Uchôa como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 73, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Tabapuã como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 74, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 75, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Bauru como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 76, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Fernandópolis como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 77, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 78, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Valentim Gentil como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 79, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Clara D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 80, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Panorama como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 81, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse turístico.

13 - Projeto de lei nº 82, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 83, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Tabatinga como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 84, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Branca como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 85, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Itatiba como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 86, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Itapetininga como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 87, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sud Mennucci como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 88, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Riolândia como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 89, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 90, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Torrinha como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 91, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 92, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Mendonça como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 93, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 94, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Braúna como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 95, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Buritama como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 96, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Cardoso como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 97, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colina como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 98, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaraci como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 99, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Icém como Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 100, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 101, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Matão como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 102, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 103, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 104, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 105, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Monte Alto como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 106, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 107, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Araçatuba como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 108, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 109, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sales como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 110, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Três Fronteiras como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 111, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Itapura como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 112, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Andradina como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 113, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Albertina como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 114, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 115, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Lins como Município de Interesse Turístico.

47 - Projeto de lei nº 116, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

48 - Projeto de lei nº 117, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santo Antônio do Aracanguá como Município de Interesse Turístico.

49 - Projeto de lei nº 118, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Adolfo como Município de Interesse Turístico.

50 - Projeto de lei nº 119, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica em Estância Turística o Município de Jales.

51 - Projeto de lei nº 120, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica em Estância Turística o Município de Araçatuba.

52 - Projeto de lei nº 121, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "João Lopes" ao complexo viário SPD 491/321, que dá acesso ao Clube de Campo e ao Instituto Municipal de Ensino Superior IMES/FAFICA, situado no km 491+950m da SP 321 - Rodovia Cezário José de Castilho, em Catanduva.

53 - Projeto de lei nº 122, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Cezar Tannuri" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 433+120 da Rodovia SP 322 - Armando Sales de Oliveira, em Severínia.

54 - Projeto de lei nº 123, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Horácio Neves de Azevedo" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 442/322, localizado no km 442+390 da Rodovia SP 322 - Armando Salles de Oliveira, em Olímpia.

55 - Projeto de lei nº 124, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Gustavo de Almeida Filho - Gustavinho" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 430 + 960 metros da Rodovia SP 322 - Armando Salles de Oliveira, em Severínia.

56 - Projeto de lei nº 125, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Wilson Zangerolami" ao viaduto localizado no km 154+860 metros da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em Olímpia.

57 - Projeto de lei nº 126, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Miguel Neves de Azevedo" ao viaduto localizado no km 178+500 metros da SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand, em São José do Rio Preto.

58 - Projeto de lei nº 127, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Percides Angelotti" ao viaduto localizado no km 174+280 metros da SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand, em Guapiaçu.

59 - Projeto de lei nº 128, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Emilia Mendes Neves" ao dispositivo de acesso SPD 509/310, situado no km 509+489 metros da Rodovia Feliciano Salles da Cunha - SP 310, em Nhandeara.

60 - Projeto de lei nº 129, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Andre Hernandez" ao viaduto localizado no km 176+100 metros da SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand, em Guapiaçu.

61 - Projeto de lei nº 130, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Adolfo Nazário Ribeiro" ao trevo de acesso da cidade de Marinópolis situado no km 314+ 260 metros da SP 563, em Marinópolis.

62 - Projeto de lei nº 131, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Organização Social União de Jovens do Brasil", na Capital.

63 - Projeto de lei nº 132, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Missão Salesiana de Mato Grosso - MSMT - UniSalesiano Lins", em Lins.

64 - Projeto de lei nº 133, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Missão Salesiana de Mato Grosso - MSMT - Salesiano Dom Lasagna", em Araçatuba.

65 - Projeto de lei nº 134, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Missão Salesiana de Mato Grosso - MSMT - UniSalesiano Araçatuba", em Araçatuba.

66 - Projeto de lei nº 135, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Associação Casa dos Curumins", na Capital.

67 - Projeto de lei nº 136, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Associação dos Voluntários da Santa Casa de Fernandópolis - VOLFER", naquele Município.

68 - Projeto de lei nº 137, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre a área verde de domínio público em parcelamentos do solo urbano.

69 - Projeto de lei nº 138, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil.

70 - Projeto de lei nº 139, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Inclui no Calendário Turístico do Estado o encontro de carros antigos

denominado "Antigomobilismo Barretos", naquele Município.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 70, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Novo Horizonte como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 747, de 2013, de autoria do deputado Roque Barbieri. Inclui no Calendário Oficial do Estado a "Marcha para Jesus", em Avanhandava.